

Ficha de Procedimentos de Segurança

Fase de Projeto

IDENTIFICAÇÃO DA EMPREITADA

Designação: Empreitada de Beneficiação do Pinhal de Santa Bárbara

Localização: Junto à EN 349-3 – Tomar

Dono de Obra: Câmara Municipal de Tomar

CAPÍTULO 1. Introdução.....	3
1.1 Apresentação	3
1.2 Objetivos	3
1.3 Âmbito de Aplicação	4
CAPÍTULO 2. CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHOS A EXECUTAR	5
2.1 Descrição Geral da Empreitada	5
2.2 Fases de Execução da Empreitada	5
2.3 Condicionaisismos Existentes no Local	5
2.4 Identificação dos Intervenientes em Estaleiro	6
2.5 Controlo e Registo dos Trabalhadores	7
2.6 Avaliação e hierarquização dos riscos e respetivas medidas de prevenção	8
2.7 Plano de Trabalhos com Riscos Especiais	9
CAPÍTULO 3. INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO	11
3.1 Divulgação da FPS	11
3.2 Procedimentos a adotar em caso de Emergência	11
Anexos	12

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

A presente Ficha de Procedimentos de Segurança, adiante designada de FPS, aplica-se empreitada de Beneficiação do Pinhal de Santa Bárbara.

A FPS foi elaborada em cumprimento do decreto-Lei nº 273/2003 de 29 de outubro, o qual transpõe para a ordem jurídica interna a diretiva nº 92/57/CE (Estaleiros Temporários ou móveis), do Conselho de 24 de julho, e contera toda a informação essencial em matéria de segurança e saúde, relativa à referida empreitada, constituindo o principal instrumento de prevenção dos riscos profissionais na sua execução.

Nos termos do artigo 14º do referido decreto-lei, sempre que se realizem trabalhos para os quais não seja obrigatória a elaboração de Plano de Segurança e Saúde, mas que impliquem riscos especiais, previstos no artigo 7º, nomeadamente trabalhos que exponham os trabalhadores a risco de soterramento, de afundamento ou de queda em altura, trabalhos efetuados na proximidade de linhas elétricas, entre outros, ou os quais que o dono de obra, o autor do projeto ou o coordenador de segurança fundamentadamente considere suscetíveis de constituir risco grave para a segurança e saúde dos trabalhadores, deverão ser elaboradas fichas de procedimentos de segurança.

Os trabalhos no estaleiro só poderão ser iniciados pela Entidade Executante quando estiver disponível a respetiva ficha de procedimento de segurança, cuja adequabilidade deve ser previamente analisada pelo coordenador de segurança, quando for obrigatória a sua nomeação.

Todas as fichas de procedimentos de segurança devem estar acessíveis, no estaleiro, a todos os intervenientes nos trabalhos.

Após a aprovação da ficha de procedimentos de segurança e consequentes alterações, compete à Entidade Executante, proceder à distribuição e divulgação da versão atualizada e junta-a ao respetivo anexo.

1.2 Objetivos

A FPS pretende dar cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei nº 273/2003 de 29 de outubro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 92/57/CEE, relativa às prescrições mínimas de Segurança e Saúde no Trabalho a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. Assim como, ser um instrumento fundamental para a Gestão da Segurança em Obra, reunindo para o efeito um conjunto de informações importantes em matéria de Segurança e Saúde, que serão fatores de destaque na redução/eliminação dos riscos e no aumento da proteção e promoção da saúde dos trabalhadores durante a execução da presente empreitada.

Assim, a FPS para além de responder ao exigido na legislação em vigor, tem também o objetivo de:

- Definir procedimentos e práticas a observar no decurso da realização de obras/empreitadas, com vista a garantir as condições de segurança e saúde a todos quantos nelas desenvolvam trabalhos;
- Eliminar a sinistralidade da obra, propondo-se para o efeito concluir os trabalhos sem registo de quaisquer acidentes, realizando todas as atividades em condições de segurança e de saúde adequadas;
- Contribuir para a redução das causas que originam doenças profissionais no sector da Construção e Obras Públicas;

- Alcançar bons níveis de produtividade decorrentes das boas condições de trabalho; realizar todos os trabalhos com a qualidade especificada, num espaço organizado e ambientalmente correto;
- Minimizar os custos sociais e económicos resultantes dos acidentes e contribuir para a existência de uma cultura de segurança no estaleiro, através do envolvimento de todos os intervenientes na empreitada.

1.3 Âmbito de Aplicação

A FPS tem como âmbito de aplicação todas as:

- Atividades a desenvolver pela Entidade Executante durante a fase de obra, incluindo as inerentes às obras acessórias, preparatórias e de ensaio;
- Empresas e trabalhadores independentes subcontratados pela Entidade Executante;
- Atividades de fornecedores a desenvolver no perímetro do estaleiro e com a intervenção direta ou indireta da Entidade Executante;
- Ações e atos inerentes à montagem, manutenção e desmontagem das instalações provisórias do estaleiro.

CAPÍTULO 2. CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHOS A EXECUTAR

2.1 Descrição Geral da Empreitada

A Empreitada consiste na beneficiação do Pinhal de Santa Bárbara e os trabalhos executar são de uma forma genérica:

- Estaleiro, Implementação de FPS e RCD: compreende a montagem, manutenção e respetiva desmontagem do estaleiro de apoio à execução da obra, incluindo implementação da ficha de procedimento de segurança e do Plano de Gestão de Resíduos de Construção e de Demolição.
- Construção de caminheiras;
- Construção de guardas em madeira;
- Construção de estrutura em madeira;
- Construção de escadas em madeira;
- Construção de rede de drenagem de águas pluviais

A empreitada localizar-se-á, junto à EN 349-3 no concelho de Tomar e terá a duração de 120 dias.

2.2 Fases de Execução da Empreitada

A Entidade Executante deverá planear os trabalhos por forma a assegurar que a mesma seja executada em condições de segurança, para isso deve identificar previamente as fases de execução e as prioridades das mesmas, assim como as incompatibilidades de execução simultânea face aos riscos que daí decorrem.

Com a definição prévia das fases de execução da obra pretende-se identificar objetivamente, e eliminar os potenciais riscos resultantes de um incorreto planeamento dos trabalhos.

Todos os trabalhos, particularmente os trabalhos com riscos especiais, devem ser planeados e executados por forma a que o faseamento da execução dos mesmos não seja gerador de situações de risco potencial de acidentes de trabalho e/ou de situações desfavoráveis à saúde dos trabalhadores.

A Entidade Executante deverá remeter o plano de trabalhos ao Dono de Obra, antes do início dos mesmos, que arquivará no anexo III.

2.3 Condicionalismos Existentes no Local

Sem prejuízo de outros que, a Entidade Executante ou o Dono de Obra possam identificar, apresentamos como condicionalismos existentes no local e no meio envolvente que, direta ou indiretamente, possam prejudicar ou condicionar os trabalhos no Estaleiro, os seguintes:

- A circulação de peões nas vias adjacentes e na proximidade da zona onde decorrem trabalhos;
- Possíveis interferências com infraestruturas existentes no local;
- Condições meteorológicas desfavoráveis, nomeadamente chuva, ventos fortes e temperaturas extremas;
- Trabalhos num talude com declive elevado.

Na preparação e planeamento dos trabalhos, a Entidade Executante deverá ter consideração os condicionalismos identificados, assim como outros que venha a detetar na fase de execução, e planear e implementar todas as medidas necessárias à prevenção de acidentes face aos riscos associados.

A Entidade Executante arquivará no Anexo II, todos os registos relativos à identificação dos condicionalismos existentes no local, incluindo as ações planeadas e executadas.

2.4 Identificação dos Intervenientes em Estaleiro

A distribuição de responsabilidades pelos diferentes intervenientes relaciona-se com o papel que desenvolvem, com a capacidade de intervir e de influenciar em cada uma das fases do ato de construir e com da repercussão que as opções tomadas possam ter sobre a configuração dos riscos profissionais que podem suscitar-se, seja durante a execução da obra em estaleiro, seja sobre a utilização da edificação uma vez concluída, seja sobre as intervenções construtivas ulteriores, designadamente a sua manutenção, alteração ou demolição.

Todos os subempreiteiros e trabalhadores independentes devem cumprir os requisitos de segurança legais em vigor, em particular os consagrados no Decreto-Lei 273/2003, de 29 de outubro, bem como os requisitos de segurança e saúde estabelecidos nesta ficha de procedimentos de segurança.

É responsabilidade da entidade executante o controlo de todos os subempreiteiros e trabalhadores independentes. Para isso deverá registar e manter atualizado esse mesmo controlo e incluí-lo no Anexo V

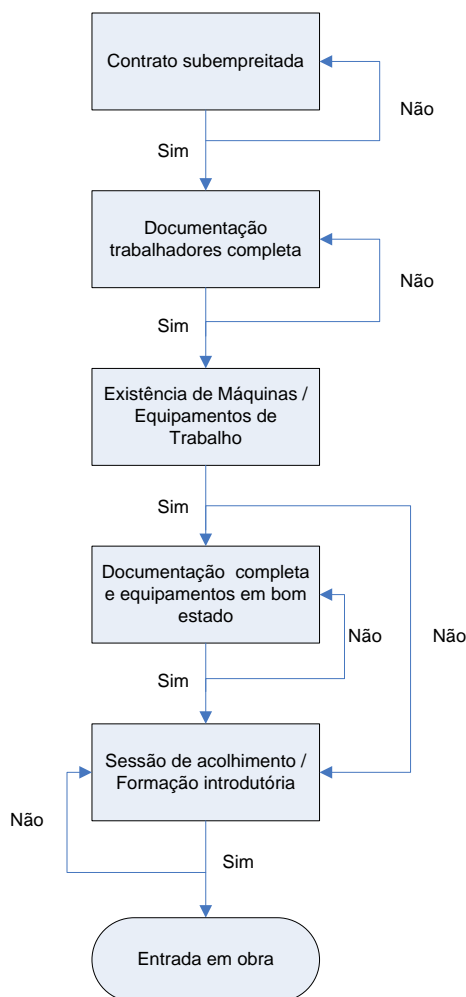
Nos termos do artigo 21º do Decreto-Lei nº273/2003, a Entidade Executante deve organizar um registo que inclua, em relação a cada subempreiteiro ou trabalhador independente por si contratado que trabalhe no estaleiro durante um prazo superior a vinte e quatro horas, a seguinte documentação, relativa:

1. **À empresa:** identificação completa, residência ou sede e número fiscal de contribuinte; o número do registo ou da autorização para o exercício da atividade de empreiteiro de obras públicas; a atividade a efetuar no estaleiro e a sua calendarização; o responsável do subempreiteiro no estaleiro; o horário de trabalho aplicável à empreitada em questão; a declaração de remunerações à segurança social, e respetivo comprovativo de pagamento, do último mês disponível; contrato de subempreitada; cópia de apólice de seguro de acidentes de trabalho e respetivo recibo, cópia de apólice de seguro de responsabilidade civil e respetivo recibo.
2. **Aos trabalhadores:** identificação completa e a residência habitual; número fiscal de contribuinte; o número de beneficiário da segurança social; a categoria profissional ou profissão; as datas de início e do termo previsível do trabalho no estaleiro; as apólices de seguros de acidentes de trabalho; ficha médica de aptidão; registo de distribuição de equipamento de proteção individual; certificado de manobreadores; declaração de trabalhadores estrangeiros.²

Deve ainda ser incluído na documentação, o comprovativo de situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal e a contribuições para a segurança social em Portugal, de acordo com as alíneas d) e e) do artigo 55º, do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Toda a documentação relativa a subempreiteiros e trabalhadores independentes será arquivada no Anexo V.

A entrada em obra deve ser efetuada de acordo com o seguinte procedimento:



2.5 Controlo e Registo dos Trabalhadores

Conforme preconiza o nº2 do artigo 21º do Decreto-Lei nº273/2003, de 29 de outubro cada empregador deve organizar um registo, em relação aos seus trabalhadores e trabalhadores independentes por si contratados que trabalhem no estaleiro durante um período superior a vinte e quatro horas, que inclua:

- Identificação completa e a residência habitual;
- nº Identificação;
- número de identificação fiscal;
- número de beneficiário da segurança social;
- categoria profissional ou profissão;
- as datas de início e do termo previsível do trabalho no estaleiro;
- apólice e recibo de pagamento do seguro de acidentes de trabalho;
- ficha de aptidão médica, válida consoante a idade do trabalhador e adequada à atividade a exercer;
- registo de distribuição de equipamentos de proteção individual;
- visto ou título de residência válida, para o caso de trabalhadores estrangeiros;
- declaração de manobrador de equipamentos de elevação ou de transporte;

- Cópia da comunicação do contrato de trabalho à ACT para trabalhadores estrangeiros, estando excluídos os cidadãos estrangeiros a quem é reconhecido direito de tratamento igual ao dos cidadãos nacionais em matéria de livre exercício de atividades profissionais, quer por força de tratados internacionais, multilaterais ou bilaterais, quer por aplicação do princípio da reciprocidade.

Toda a documentação relativa ao controlo de registo dos trabalhadores será arquivada no Anexo VI

2.6 Avaliação e hierarquização dos riscos e respetivas medidas de prevenção

A avaliação de riscos profissionais é um processo dinâmico dirigido a estimar a dimensão do risco para a saúde e a segurança dos trabalhadores no seu local de trabalho, decorrente das circunstâncias em que o perigo pode ocorrer, tendo em vista obter a informação necessária para adotar medidas preventivas que minimizem a ocorrência de acidentes.

A Entidade Executante deve proceder a identificação de perigos e avaliação dos riscos, bem como a definição das respetivas medidas de prevenção, para todas as fases do processo construtivo.

Compete ainda à entidade executante o registo dos trabalhos que envolvam riscos especiais e elaboração dos respetivos Procedimento Específico de Segurança, para posterior remição/validação técnica por parte do CSO (se aplicável).

Nos quadros seguintes e de forma genérica são identificados riscos potenciais, bem como a sua possível prevenção, para alguns trabalhos, constituindo um conteúdo de referência que traduz as preocupações do Dono de Obra em termos de execução da empreitada com as condições de segurança necessárias.

A Entidade Executante deverá elaborar, em relação a cada trabalho com risco especial, um documento, designado por Plano de Trabalhos com Riscos Especiais (PTRE), para a sua caracterização, avaliação, organização e controlo. A identificação dos trabalhos, os riscos e as medidas enunciadas não devem ser encarados como atributos para o controlo do risco, mas sim como um guia indicativo para o desenvolvimento e especificação do FPS.

Durante a fase de desenvolvimento e especificação do FPS, a Entidade Executante deverá proceder à reanálise do risco dos trabalhos envolvidos, devendo preconizar, sempre que necessário, a preparação para cada um desses trabalhos, planos de monitorização e prevenção os quais deverão ter em conta o processo construtivo e métodos de trabalho que venham a ser utilizados.

Trabalhos	Riscos Potenciais
Execução de trabalhos de carpintaria em talude com declive elevado (trabalhos em altura)	Queda de pessoas a nível diferente; – Queda de pessoas ao mesmo nível; – Queda de objetos por desabamento ou desmoronamento; – Queda de objetos em manipulação; – Queda de objetos desprendidos; – Marcha sobre objetos; – Choque contra objetos imóveis; – Choque ou pancadas por objetos móveis; – Pancadas e cortes por objetos ou ferramentas; – Projeção de fragmentos ou partículas; – Entalamento ou esmagamento por ou entre objetos; – Sobre-esforços ou posturas inadequadas; – Exposição ao ruído
Medidas Prevenção	
<p>Todos os trabalhadores deverão ter formação específica para a atividade.</p> <p>A madeira deve ser armazenada em local acessível aos meios mecânicos.</p> <p>O armazenamento deve ser organizado por dimensões, os materiais devem estar corretamente alinhados e a altura das pilhas não deve colocar em causa a sua estabilidade.</p> <p>Sempre que possível, devem ser usados meios mecânicos para elevação e transporte das cargas. As suspensões não devem ser feitas por um único ponto e os elementos devem ser conduzidos com recurso a cordas guia.</p> <p>Caso não seja possível, as tábuas e ripas devem ser transportadas ao ombro por um mínimo de dois trabalhadores. Se tal não for possível, a frente deve estar a uma altura superior ao capacete do trabalhador que as transporta, de forma a evitar ferimentos na cara dos colegas.</p> <p>A equipa que vai executar os trabalhos deve conhecer bem o sistema a utiliza.</p> <p>A zona de trabalho deve ser limpa, diariamente e os desperdícios devem ser acondicionados em local apropriado e enviados periodicamente para o exterior.</p> <p>As folhas de corte das serras e serrotes devem ser inspecionadas diariamente.</p> <p>Deve ser proibida a permanência de trabalhadores nas zonas de passagem de cargas suspensas.</p> <p>A zona de trabalhos onde se efetua a montagem deve ser delimitada e sinalizada, de forma a que os restantes trabalhadores não circulem num local onde possam, potencialmente, ser atingidos pela queda de materiais.</p> <p>Quando se proceder ao corte de madeira molhada ou com nós, deve-se ter em atenção à resistência ao avanço, desvios e possíveis projeções de materiais devidas à prisão do disco.</p> <p>Quando proceder ao corte de aglomerado de madeira com resina, deve-se apertá-la com maior firmeza pois a aderência ao disco tende a fazer rodar a peça. Deve-se fixar corretamente os discos das serras e não se deve utilizar discos excessivamente desgastados, desequilibrados ou de diâmetro diferente do indicado pelo fabricante.</p> <p>Deve-se verificar a ausência de corpos metálicos, nós duros ou outros defeitos nas peças de madeira.</p> <p>Os desperdícios e serraduras devem ser acondicionados em local apropriado e, semanalmente, devem ser evacuados para o exterior. O armazém das madeiras deve ficar afastados de fontes de calor e de outros materiais combustíveis.</p> <p>A movimentação mecânica dos elementos deve ser suspensa sempre que sobre vento com velocidade superior a 40 km/h, ou que o manobrador não consiga acompanhar, visualmente, a carga durante todo o seu percurso (chuva ou nevoeiro). Montagem obrigatória, sempre que exista risco de queda em altura, de linha de vida e utilização obrigatória de arnês.</p>	

2.7 Plano de Trabalhos com Riscos Especiais

Para determinadas atividades a Entidade Executante deverá elaborar PTRE, de acordo com os processos construtivos a utilizar, sendo posteriormente submetidos à validação técnica da CSO e aprovação do Dono de Obra.

Os PTRE deverão conter, no mínimo, a seguinte informação:

1 – Introdução

- 2 – Memória descritiva
 - 2.1 - Características do trabalho
 - 2.2 - Processo construtivo
 - 2.3 - Programa de trabalhos
 - 2.4 - Equipamentos a utilizar
 - 2.5 - Meios humanos afetos à realização da atividade
 - 2.6 - Atividades / trabalhos a decorrer em simultâneo
 - 2.7 – Condicionalismos
- 3 – Avaliação de riscos associados à atividade
- 4 – Medidas de prevenção dos riscos identificados
- 5 – Plano de sinalização
- 6 – Proteções coletivas e proteções individuais
- 7 – Procedimentos e registos de monitorização e prevenção

PTRE mínimos a elaborar:

- Trabalhos de carpintaria em talude com declive elevado (trabalhos em altura)

Os PTRE's, depois de validados e aprovados, serão arquivados no Anexo VII, bem como, os procedimentos de monitorização e prevenção e os registos de monitorização e prevenção, serão arquivados no Anexo VIII.

CAPÍTULO 3. INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO

3.1 Divulgação da FPS

A presente Ficha de Procedimentos de Segurança, que contém a informação essencial em matéria de segurança e saúde relativa a esta empreitada, constitui o principal instrumento de prevenção dos riscos profissionais na sua execução da obra, pelo que o seu cumprimento, por todos os intervenientes, terá que ser assegurado. Para tal, a Entidade Executante da Obra, após aprovação por parte do Dono da Obra, fará a sua distribuição nas partes aplicáveis, aos seus trabalhadores, subempreiteiros e trabalhadores independentes por si contratados.

Cabe ao empregador, garantir a formação e informação dos trabalhadores, de acordo com as funções que desempenham e o posto de trabalho que ocupam. No início da obra, serão efetuadas sessões de receção e acolhimento de todos os trabalhadores na obra. Nestas sessões serão indicadas as informações básicas em matéria de prevenção de riscos profissionais, sendo igualmente distribuídos os telefones de emergência assim como as prescrições de segurança das respetivas atividades.

Todos os registos desenvolvidos no âmbito da formação e informação dos trabalhadores serão incluídos no Anexo IX.

3.2 Procedimentos a adotar em caso de Emergência

Relativamente aos procedimentos a adotar em caso de emergência, o objetivo é a preparação dos meios humanos e materiais disponíveis, a fim de garantir a salvaguarda dos intervenientes na obra, bem como uma rápida e eficiente intervenção em caso de incêndio ou sinistro grave.

No caso de o local da obra possuir, Plano de Emergência Interno deve cumprir-se os procedimentos de emergência indicados. Destacar-se-ão desse Plano as questões que se poderão relacionar com a obra, nomeadamente, a sinalização de evacuação, o ponto de encontro, os percursos a percorrer, deteção e alarme e os procedimentos a adotar em caso de evacuação, contactos de emergência.

Se o local de obra não possuir PEI - Plano de Emergência Interno, a Entidade Executante deverá estabelecer em matéria de primeiros socorros, de combate a incêndios e de evacuação dos trabalhadores, a implementação de medidas a adotar e a identificação dos trabalhadores responsáveis pela sua aplicação, assim como assegurar os contactos necessários com as entidades competentes para a realização dessas operações.

Em obra, será necessário estar disponível meios de combate a incêndios e caixa de primeiros socorros e afixados de forma visível, os telefones de emergência, nomeadamente Bombeiros, Polícia, Hospital, entidades concessionárias de serviços afetados, serviços camarários, etc.

Em caso de ocorrência de acidente de trabalho, incidente ou emergência, a entidade executante deverá comunicar ao Dono de Obra. Posteriormente arquivará, no separador destinado para tal no Anexo X, todos os registos de inquéritos e relatórios realizados.

ANEXOS

Anexo I.	Registo de distribuição da FPS
Anexo II.	Registo de condicionalismos
Anexo III.	Descrição da empreitada por fases
Anexo IV.	Documentação associada à entidade executante
Anexo V.	Registo e controlo de subempreiteiros e documentação associada
Anexo VI.	Registo de controlo de trabalhadores e documentação associada
Anexo VII.	Plano de trabalhos com riscos especiais
Anexo VIII.	Registos de inspeção e prevenção
Anexo IX.	Registos de formação/informação dos trabalhadores
Anexo X.	Registo de acidentes de trabalho

Anexo I

Registo de distribuição da FPS

Anexo II

Registo de condicionalismos

Anexo III

Descrição da empreitada por fases

Anexo IV

Documentação associada à entidade executante

Anexo V

Registo e controlo de subempreiteiros e documentação associada

Anexo VI

Registo de controlo de trabalhadores e documentação associada

Anexo VII

Plano de trabalhos com riscos especiais

Anexo VIII

Registos de inspeção e prevenção

Anexo IX

Registos de formação/informação dos trabalhadores

Anexo X

Registo de acidentes
